



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**18/04/2013
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 18/04/2013.**

11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 5/2013 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	9
2	MSF 6/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	41
3	MSF 4/2013 - Não Terminativo -	SEN. PEDRO SIMON	85
4	MSF 17/2013 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	86
5	RRE 15/2013 - Não Terminativo -		87

(1)(2)(3)(4)(5)(8)(6)(7)(55)(56)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(59)(52)(51)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(14)(12)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Aníbal Diniz(PT)(13)(17)(16)(52)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(48)(32)(31)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(48)(29)(36)(40)(41)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(46)(10)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(53)(18)(38)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(62)(61)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(54)(42)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(34)(43)(57)(44)(33)	ES (61) 3303-4161/5867	3 VAGO(28)(45)(57)(27)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lúcia da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 18 de abril de 2013
(quinta-feira)
às 09h30**

PAUTA

11ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1. Em 11/04/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;
2. A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1. Em 21/03/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE;
2. A arguição da indicada a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JULIO

GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação de São Cristóvão e Névis.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para discutir a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). Segundo informações levantadas pela imprensa existem mais de 200 equipamentos em operação no Brasil sem que exista regulamentação, por parte dos órgãos competentes, para sua utilização. Para tanto sugiro sejam convidados: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – Comandante da Aeronáutica; Senhor José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Senhor Sami Youssef Hassuani – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Observações:

A matéria foi lida na reunião do dia 02/04/2013.

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

1

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 5, de 2013 (nº 24, de 1 de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic*a.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 12 de junho de 1950, em São Paulo/SP. É filho de Carmine Casciano e Stella Vera Perrone Casciano.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1974. Frequentou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a tese intitulada “Tendências da

política externa da Alemanha reunificada: continuidade e mudança”.

Em 1982, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1986 e Primeiro-Secretário em 1992. Foi promovido a Conselheiro em 1998. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2009, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Atenas (1994/96); Chefe Substituto na Divisão de Programas de Promoção Comercial (1997); Conselheiro na Embaixada em Berlim (2000/03); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2004/06); Embaixador na Embaixada em Damasco (2008/10). Para além dessas atribuições, o indicado contribuiu significativamente nos trabalhos do Instituto Rio Branco na condição de Membro (2010), Vice-Presidente (2011) e Presidente (2012) de bancas examinadoras dos respectivos Cursos de Altos Estudos (CAE).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Helênica. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, bem como sua economia. Do texto oferecido, ocorreu-nos destacar o que segue.

Destacamos, de início, a circunstância de que ambos os países declararam sua independência em 1822. O estabelecimento de relacionamento formal entre os dois Estados, no entanto, ocorre no ano de 1912 com a nomeação do primeiro Embaixador brasileiro para a Grécia. Esse fato, contudo, não inviabilizou o estabelecimento da primeira comunidade grega no Brasil na ilha de Florianópolis em 1883. Vê-se, assim, que os vínculos que nos unem são mais antigos.

As relações bilaterais, que têm sido marcadas por intensa cordialidade, fortaleceram-se com o tempo mediante celebração de acordos em distintos domínios (comércio; previdência social; turismo; cooperação cultural e educacional; cooperação em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação). Nessa ordem de ideias, merecem registro as visitas oficiais da Presidente Dilma Rousseff (2011) e do então Chanceler Celso Amorim (2009).

O fato de a Grécia ser membro da União Européia (UE) dá, de tal ou qual maneira, o tom de seu posicionamento em determinados assuntos na esfera multilateral. O governo grego tende a acompanhar as políticas europeias nos domínios exclusivos do bloco. Entretanto, nos espaços em que prepondera a vontade individual dos membros da UE, a Grécia tem se revelado parceira importante (p.ex. apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas).

As relações econômicas, por seu turno, são bastante equilibradas. Verifica-se regular superávit comercial em favor do Brasil e balança de serviços vantajosa para a Grécia. As trocas comerciais, que não são desprezíveis, podem melhorar. Nesse sentido, os setores portuário e naval, bem como os de energia e turismo apresentam imensas possibilidades. O maior desafio, nesse domínio, está na superlativa crise econômica por que passa o Estado grego no momento presente.

Com efeito, desde 2009 a Grécia experimenta restrições econômicas severas. Elas são, em derradeira análise, resultado do seu imenso déficit fiscal [13,6% do Produto Interno Bruto (PIB)]. Essa circunstância levou o país ao epicentro da crise econômica europeia de 2010. A dimensão dos desafios enfrentados pelo povo helênico pode ser auferida tendo em conta o fato de a UE e o Fundo Monetário Internacional (FMI) terem implementado o maior plano de resgate econômico já concedido a um país. A soma de recursos canalizados para o Estado grego equivale à quase metade do seu PIB.

Esse socorro, no entanto, traz consigo a necessidade de aplicação de medidas de austeridade sem precedentes. Assim, o governo grego aumentou impostos, demitiu servidores, cortou benefícios trabalhistas, alterou direitos previdenciários. Elas, entretanto, foram consideradas insuficientes. Houve, com isso, maior pressão externa para redução do déficit público de 15,6% para menos de 3% até 2014. Os percentuais são apertados. A crise de crédito se agravou e contaminou outras regiões da Europa. Os credores se impacientaram. A população foi às ruas. Cenas de violência se tornaram cotidianas e os choques entre manifestantes e a polícia resultou em mortos e feridos.

No romper de 2011, greve geral paralisou o país e levou 35 mil pessoas às ruas da capital em protesto contra o arrocho econômico. A crise, contudo, não apresentou sinais de melhora inobstante as medidas de austeridade

praticadas. A Grécia segue para o quarto ano de recessão. A comunidade internacional, de modo destacado os membros da União Europeia, passaram a considerar o calote da dívida grega. Em junho de 2011, novo aporte de recursos do FMI e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (Feef) é direcionado ao país. Em precedente inédito na zona do euro, a Grécia passa a ser monitorada pelo Fundo.

Em meio aos imensos desafios econômicos, o país experimentou ainda maiores turbulências na política interna com a renúncia do primeiro ministro Papandreou. O quadro se agravou. O governo do ex-vice-presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos, ampliou as medidas de austeridade, o que levou mais de 100 mil pessoas a protestar em fevereiro de 2012. Na sequência dessas manifestações, o parlamento grego aprovou legislação que acarretou a redução do orçamento do país em 1,5% do PIB. Essa medida era condição imposta pelo FMI para o recebimento de novo pacote de resgate.

O novo plano impôs, como contrapartida, a necessidade de o governo local reduzir a dívida pública de 165% do PIB para 121% até 2020. Por conta da exigência imposta pela UE, pelo FMI e pelo Banco Central Europeu (BCE) de gerar maior economia, mais um plano de austeridade foi posto em prática. Com isso, outra greve geral foi convocada no final do ano passado em protesto contra aumento de impostos, corte no salário do funcionalismo e nas aposentadorias e desregulamentação do mercado de trabalho.

A crise tem se revelado impiedosa. Desde seu início, em 2008, o PIB grego encolheu 20%. A dívida pública do país saltou de 113% para 170% do PIB e o déficit orçamentário chegou a 9,1% do PIB. Esse número representa três vezes o limite recomendado pelos países da UE. O resultado social mais tangível dessa situação foi o aumento no número de desempregados que passou de 8% para 25,4%. A Grécia, no entanto, não está só neste cenário devastador. É certo que sua situação é a mais aguda; não menos certo, entretanto, é que os demais países do grupo denominado PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália e Espanha) também enfrentam problemas econômicos e sociais ciclóticos.

Nesse contexto, é razoável supor que nossa missão junto ao governo helênico há de experimentar numerosos desafios. Convém registrar que a comunidade de brasileiros naquele país conta com aproximadamente 5.000 residentes, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Atenas, bem

como pelos consulados honorários em Tessalônica e Pireu. Essa comunidade, tendo em conta o momento por que atravessa a Grécia, deve merecer atenção redobrada de nossos representantes junto ao governo local.

Para além disso, considerando as sólidas relações bilaterais estabelecidas há mais de cem anos, bem como o fato de o Brasil já ter experimentado em passado recente o duro remédio imposto por políticas de arrocho fiscal com suas pesadas consequências sociais, nosso país deve permanecer solidário ao povo e ao governo grego na busca de soluções socialmente mais justas aos desafios econômicos que enfrentam.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 5, DE 2013** (nº 23/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Os méritos do Senhor Edgard Antonio Casciano que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita de Dilma Rousseff.

EM nº 00005/2013 MRE

Brasília, 10 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDGARD ANTONIO CASCIANO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDGARD ANTONIO CASCIANO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00005 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 10 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EDGARD ANTONIO CASCIANO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDGARD ANTONIO CASCIANO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDGARD ANTONIO CASCIANO

CPF.: 593.008.848-91

ID.: 4592546 SSP/SP

1950 Filho de Carmine Casciano e Stella Vera Perrone Casciano, nasce em 12 de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1974 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
1976 Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises - 3e. degré pela Universidade de Nancy/FR
1978 Ciências Políticas no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra, Suíça
1979 Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional da Haia, Países Baixos
1981 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) - Instituto Rio Branco
1988 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), Instituto Rio Branco
2003 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr, Tendências da Política Externa da Alemanha Reunificada: Continuidade e Mudança

Cargos:

1982 Terceiro-Secretário
1986 Segundo-Secretário, por merecimento
1992 Primeiro-Secretário, por merecimento
1998 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2009 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

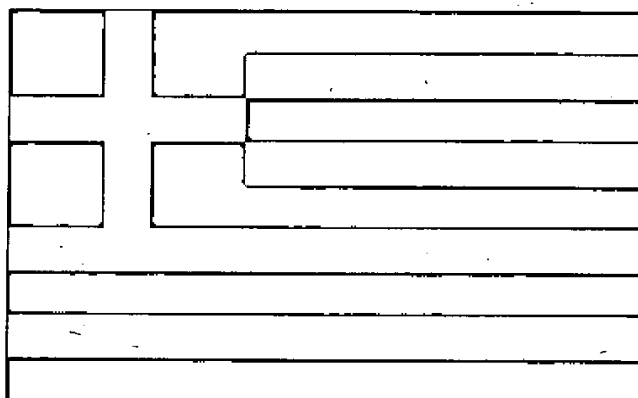
Funções:

1975 Ministério do Trabalho, Inspetor
1983 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assistente
1985 Subsecretaria-Geral de Coordenação e Programas, Assessor
1985 Missão junto à OEA, Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1988 Subcomissão de Orçamento-Programa da Comissão Executiva Permanente do CIECC/OEA, Washington, Presidente
1989 Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1992 Departamento de Administração, Assessor
1992 Divisão da América Meridional II, Assistente
1994 Embaixada em Atenas, Primeiro-Secretário
1997 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe, substituto
1998 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
2000 II Reunião Ibero-Americana de Organismos de Promoção Comercial, Cancún, chefe da delegação brasileira
2000 Embaixada em Berlim, Conselheiro
2004 Embaixada em Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2007 Subsecretaria-Geral Política II, Chefe de Gabinete
2008 Embaixada em Damasco, Embaixador
2010 Banca Examinadora do LV Curso de Altos Estudos (CAE), membro
2011 Vice-Presidente da Banca Examinadora do LVI Curso de Altos Estudos (LVI CAE)
2012 Presidente da Banca Examinadora do LVII Curso de Altos Estudos (LVII CAE)

Condecorações:

1997 Ordem do Fênix, República Helênica, Cavaleiro
2006 Ordem do Mérito Militar, Comendador
2012 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA HELÊNICA**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013

ÍNDICE

Dados básicos sobre a Grécia	3
Perfis biográficos.....	4
Relações bilaterais.....	5
Política interna.....	7
Política externa.....	8
Economia, comércio e investimentos.....	9
Anexos.....	10
Cronologia histórica	
Cronologia das relações bilaterais	
Atos bilaterais	
Dados económico-comerciais	

DADOS BÁSICOS SOBRE A GRÉCIA

NOME OFICIAL	República Helênica
CAPITAL	Atenas
ÁREA	131.990 km ² (equivalente à do Estado do Ceará)
POPULAÇÃO	11.216.708 habitantes (equivalente à do Estado do Rio Grande do Sul)
IDIOMA OFICIAL	Grego
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos: 97,6%; muçulmanos: 1,3%; católicos: 0,4%; outras: 0,7%
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral ("Parlamento Helênico")
CHEFE DE ESTADO	Presidente Károlos Papoúlias (desde março/2005)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro Ministro Antónis Samarás (desde junho/2012)
MINISTRO DE NEGÓCIOS EXTERIORES	Dimítris Avramópoulos (desde junho/2012)
PIB (est. 2011)	US\$ 303,1 bilhões
PIB PPP (est. 2011)	US\$ 298,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2011)	US\$ 26,4 mil
PIB <i>per capita</i> PPP (est. 2011)	US\$ 26,6 mil
IDH	0,861 (28ª posição entre 186 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,54 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	23,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
EMBAIXADOR EM ATENAS	Oto Agripino Maia
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Dimitri Alexandrakis
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	5.000

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)
Intercâmbio	328,9	265,2	167,9	107,3	88,2	89,7	64,1	112,9	144,0	257,2	171,5
Exportações	137,1	193,3	173,9	247,5	370,2	332,0	202,8	175,1	191,4	166,9	138,5
Importações	24,2	49,2	26,5	59,2	41,2	66,8	34,9	67,8	103,2	90,3	33
Saldo	161,3	242,5	200,3	306,7	411,4	398,9	237,8	243,0	294,6	76,6	105,5

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões F.O.B.

PERFIL BIOGRÁFICO**Károlos Papoúlias**
Presidente da República

Károlos Papoúlias nasceu na cidade grega de Ioannina, em 4 de junho de 1929. Estudou Direito na Universidade de Atenas e na Universidade de Milão. Doutorou-se em Direito Internacional Privado pela Universidade de Colônia.

Em 1977, foi eleito Deputado para o Parlamento Helênico (unicameral) pelo Partido Socialista Pan-Helênico.

Foi Ministro de Negócios Estrangeiros da Grécia de 1985 a 1989 e de 1993 a 1996.

Em 8 de fevereiro de 2005, Károlos Papoúlias foi eleito Presidente da República Helênica, sendo reeleito em 2010.

Antónis Samarás
Primeiro-Ministro

Antónis Samarás nasceu em Atenas, em 23 de maio de 1951.

Estudou Economia no Amherst College, em Massachusetts (EUA). Obteve um *MBA* pela Universidade de Harvard.

Em 1977, foi eleito para o Parlamento Local de Messênia (Região do Peloponeso).

Em 1989, tornou-se Ministro das Finanças, sendo conduzido em seguida ao cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros, que exerceu até 1992.

Em 2007, foi eleito para o Parlamento Helênico, e, logo após, conduzido ao Parlamento Europeu.

Em 2009, assumiu o Ministério da Cultura.

Desde junho de 2012 é Primeiro-Ministro da Grécia.

Dimítris Avramópoulos

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Dimítris Avramópoulos nasceu em Atenas, em 6 de junho de 1953.

Estudou Direito Público e Ciência Política na Faculdade de Direito da Universidade de Atenas, com pós-graduações em Bruxelas e Boston.

Diplomata de carreira, graduou-se em 1980 na Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da Grécia.

De 1981 a 1993, trabalhou no serviço diplomático, tendo ocupado as funções de Cônsul em Liège, Bélgica (1983-1988); Conselheiro Diplomático Especial do Primeiro-Ministro Konstantinos Mitsotakis (1989-1991); Representante para a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), em Viena (1991-1992); Representante e Cônsul-Geral da Grécia em Genebra (1992); e Diretor do Escritório Diplomático do Primeiro-Ministro Konstantinos Mitsotakis (1993).

Desde 11/06/2012, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Grécia desenvolvem relações caracterizadas por um clima de cordialidade e pela ausência de atritos ou litígios. Em razão da distância, da modéstia das relações econômicas bilaterais e da concentração da Grécia no seu entorno regional, é discreta a posição do Brasil no seu quadro de relações externas.

Brasil e Grécia declararam suas independências (esta do Império Otomano) no mesmo ano, em 1822.

Em 1876, o Imperador Dom Pedro II visitou a Grécia.

Em 1883, imigrantes gregos estabeleceram em Santa Catarina, na ilha de Florianópolis (então Nossa Senhora do Desterro) a primeira comunidade grega no Brasil.

Em 1912, o Brasil nomeou seu primeiro Embaixador para a Grécia, Oscar de Teffé, que assumiu a chefia da Legação em Atenas.

Em 1951, Grécia e Brasil assinaram acordo bilateral para a troca de correspondência oficial em malas diplomáticas e, em 1961, acordo para a supressão de visto em passaportes diplomáticos e oficiais.

Em 1975, foi firmado Acordo de Comércio entre os dois países, ainda em vigor.

Em 1984, os dois países firmaram Acordo de Previdência Social, ajustado mediante novo ato bilateral celebrado em 1992.

Em 2002, os dois países assinaram Acordo de Cooperação no Setor de Turismo e, no ano seguinte, Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.

A Grécia conta atualmente, ademais, com uma estudante de pós-graduação brasileira no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras.

Em abril de 2009, o então Ministro Celso Amorim realizou visita à Grécia, a primeira de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro ao país em caráter bilateral, tendo sido assinados, na ocasião, diversos instrumentos de cooperação. Em abril de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff, a caminho de visita oficial à China, fez parada em Atenas e realizou visita de cortesia ao então Primeiro-Ministro George Papandreou. Nessa ocasião, foram discutidos temas como a crise econômica grega, energia, privatização e o conflito político que então se desenrolava na Líbia.

A convergência entre o Brasil e a Grécia no plano multilateral depende, em grande medida, das posições da União Europeia, visto que, em geral, Atenas acompanha a política do bloco europeu. Em 2005, a Grécia declarou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Há uma fluida troca de apoios recíprocos em candidaturas a órgãos multilaterais. Não obstante, a posição do Brasil de abstenção no Fundo Monetário Internacional (FMI) no tocante à concessão de ajuda financeira à Grécia é fonte de velada preocupação em Atenas.

No terreno econômico, há uma assimetria nas transações comerciais e de serviços, com um regular superávit comercial brasileiro e uma balança de serviços largamente favorável à Grécia, graças à ampla participação grega no setor de navegação internacional. Além do potencial de cooperação nos setores portuário e naval, há possibilidades de intercâmbio nos setores de energia e turismo. A Grécia foi cliente de material aeronáutico produzido no Brasil, tendo sido o primeiro país a adquirir um avião da Embraer para o transporte de autoridades, bem como o primeiro a operar o *Legacy* na Europa.

Na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi assinado, em 3 de abril de 2009, o Acordo de Cooperação em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, aprovado pelo Congresso Nacional em 2011.

Em 20 de dezembro de 2012, o Deputado Alexis Tsipras, Presidente do SYRIZA (principal partido grego de oposição) realizou visita a Brasília, acompanhado de demais parlamentares e membros de seu partido. Manteve encontros com o Chanceler Antonio Patriota, com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia; com a então Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Deputada Perpétua Almeida; com o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim; e com o Senhor Marco Aurélio Garcia (Assessor Especial da Presidência da República).

POLÍTICA INTERNA

A Grécia é uma república parlamentarista. O Presidente da República exerce a função de Chefe de Estado e é eleito pelo Parlamento Helênico para um mandato de cinco anos, podendo ser reeleito. Nas últimas eleições presidenciais de 3 de fevereiro de 2010, o Presidente Károlos Papoúlias, do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), foi reeleito.

O Presidente da República, que desempenha funções sobretudo protocolares e cerimoniais, nomeia o líder do partido mais votado no Parlamento para exercer o cargo de Primeiro-Ministro, que atua como Chefe de Governo. O atual Primeiro-Ministro, Antónis Samarás, do partido Nova Democracia (ND), foi nomeado em 20 de junho de 2012. O Gabinete é igualmente nomeado pelo Presidente da República, a partir de recomendações do Primeiro-Ministro.

O Parlamento Helênico é unicameral, composto por 300 membros eleitos por sufrágio universal para exercer mandato de quatro anos.

O Poder Judiciário é composto por uma Corte Suprema e Criminal, com juízes vitalícios nomeados pelo Presidente da República após consulta a conselho judicial; uma Corte Suprema Administrativa; e uma Corte de Auditores, além de Cortes de Apelação e de Cortes de Primeira Instância.

Em 6 de maio de 2012, tiveram lugar eleições parlamentares, realizadas em forte clima de polarização em função da grave crise econômica, da ameaça de saída da zona do euro e da controvérsia em torno do pacote de reestruturação da dívida e de ajuste econômico acordado com a "tróica" (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

O referido sufrágio foi marcado pela ascensão da Coalizão da Esquerda Radical (SYRIZA) e de partidos menores, que marcou o fim de um sistema político-partidário vigente desde 1974, em que o ND e o PASOK alternavam-se no poder. Após essa primeira eleição, nenhum dos líderes dos três partidos que obtiveram maioria (ND, PASOK e SYRIZA) conseguiu formar um Governo, dando origem a uma crise política que culminou na instalação de um Governo provisório, na dissolução do Parlamento recém-eleito e na convocação de novas eleições para o mês seguinte.

Em 17 de junho de 2012, novas eleições parlamentares resultaram em vitória do ND (com 29,6% dos votos), seguido da SYRIZA (26,8%) e do PASOK (12,2% dos votos). Desde a campanha, a SYRIZA negou-se a

associar-se aos demais partidos, optando, após o resultado do pleito, pela oposição ao Governo de coalizão formado entre o Nova Democracia (ND), o Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK) e a Esquerda Democrática. Essa decisão, aliada ao agravamento da crise econômica e à aprovação das duras medidas de ajuste estrutural pelo Parlamento em novembro último, tem fortalecido a SYRIZA, que conta hoje com a preferência de cerca de 30% do eleitorado.

A atual Constituição entrou em vigor em 1975, após a queda da junta militar que governou a Grécia entre 1967 e 1974. Revisada em duas ocasiões, em 1986 e em 2001, a Constituição, que consiste de 120 artigos, concede extensas garantias específicas das liberdades civis e direitos sociais.

POLÍTICA EXTERNA

Tal como ocorre com relação à política interna, as relações exteriores da Grécia têm sido dominadas, nos últimos anos, pelo tema da crise econômica, em particular pelas negociações com a chamada “tróica” (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI), marcadas por especulações sobre uma provável saída do país da zona do euro. Ao mesmo tempo, prevalecem contenciosos históricos com vizinhos, como a questão do Chipre, foco de discordância com a Turquia, e a questão onomástica com a ex-República iugoslava da Macedônia. Outro tema particularmente importante para Atenas é a imigração ilegal, que tem na fronteira greco-turca um de seus principais pontos de entrada.

Relações com a Turquia e a questão do Chipre

As relações da Grécia com a Turquia têm estado estremecidas por antigos contenciosos, como a questão do Chipre e disputas fronteiriças no Mar Egeu.

Desde 1974, a ilha de Chipre e sua capital, Nicósia, encontram-se divididas – a porção sul da ilha é habitada e governada predominantemente por indivíduos de língua e origem gregas, e uma zona desmilitarizada, constantemente monitorada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a separa do norte da ilha, habitado sobretudo por indivíduos de língua e origem turcas.

Nos últimos anos, o padrão das relações entre Grécia e Turquia não tem apresentado alterações substantivas, tendo acompanhado o impasse

observado nas negociações, no âmbito das Nações Unidas, para a reunificação do Chipre. A Grécia defende a resolução do impasse por meio de abordagem multilateral realizada no âmbito da Organização das Nações Unidas.

O anúncio, em setembro de 2011, do início da exploração de gás e petróleo nas águas do Chipre, por empresas estadunidenses e israelenses, levou ao aumento das tensões entre a Grécia e a Turquia, que ameaçou com o envio de navios militares para a região.

Israel

Nos últimos anos tem-se observado a aproximação política da Grécia a Israel. Visitas bilaterais de alto nível têm sido trocadas entre autoridades gregas e israelenses. A última dessas visitas foi a do Presidente israelense Shimon Peres a Atenas, em agosto de 2012, que apontou para laços políticos e militares mais estreitos entre os dois países.

Questão onomástica com a Macedônia

A região no sudeste da Europa historicamente conhecida pelo nome de “Macedônia” engloba sobretudo o noroeste da Grécia moderna e o sul da antiga Iugoslávia e, em menor proporção, porções da Albânia e da Bulgária.

A Grécia considera o nome “Macedônia” – e os símbolos ligados ao antigo Império Macedônico e a Alexandre Magno – elementos intrínsecos e exclusivos de sua herança cultural e da história grega. Nesse sentido, desagradou a Atenas o nome adotado, em 1991, pela então recém independente “República da Macedônia”, nascida do processo de desintegração da antiga Iugoslávia.

A forte oposição grega ao que Atenas via como “apropriação indevida” de símbolos tradicionais gregos fez que a nascente República trocasse, em 1995, a bandeira nacional adotada no momento de sua independência – que originalmente trazia representação do “Sol de Vergina”, símbolo associado à família de Alexandre Magno.

Até a presente data, a Grécia recusa-se a reconhecer o nome constitucionalmente adotado pelo país vizinho e obstrui diplomaticamente sua adesão a qualquer organismo internacional sob o nome de “República da Macedônia”. Atenas somente retirou sua objeção à adesão do novo país à ONU e a outras organizações internacionais (como o FMI e o COI) após aquele ter aceitado que sua adesão se desse sob o nome de “Antiga República Iugoslava da Macedônia” (“FYROM”, na sigla em inglês). Embora esta tenha sido tratada, à época, como uma solução “provisória”, a situação se mantém até a atualidade, e o impasse onomástico mantém-se como impeditivo ao aprofundamento das relações entre os dois países vizinhos.

Assuntos consulares

A Embaixada em Atenas é a única representação diplomática brasileira em território grego. O setor consular da Embaixada presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país, juntamente com Consulados Honorários em Tessalônica (segunda maior cidade do país) e na cidade portuária de Pireu.

Estima-se em cerca de 5000 o número de brasileiros residentes na jurisdição da Embaixada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimo ou financiamentos oficiais do Brasil à Grécia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A crise econômica grega foi desencadeada em 2009, quando o Primeiro Ministro Papandreou tornou público o estado falimentar das finanças do país. Desde então, o país foi socorrido por dois “pacotes” de ajuda financeira coordenados pela União Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI (a chamada “tróica” da dívida grega). Os principais indicadores econômicos do país continuam a deteriorar-se. A previsão, para 2012, é de queda do PIB, pelo quinto ano consecutivo, em 6,5%. O desemprego alcançou os 24,4% em junho passado. O déficit público, em 2011, foi de 9,1% do PIB (em 2012, a meta foi de 6,7%). A dívida mantém-se acima dos 160% do PIB, apesar da reestruturação de 100 bilhões de euros em março último.

Novo pacote de socorro foi aprovado pela tróica em março de 2012, no valor de 130 bilhões de euros. O objetivo do programa de austeridade é reduzir a dívida pública a níveis que possibilitem o retorno do país aos mercados financeiros privados.

A liberação de parcela de 31,5 bilhões de euros, prevista no segundo pacote de socorro e esperada para o segundo semestre de 2012, só foi autorizada em 27 de novembro de 2012, após longas tratativas com o Governo grego e a visita de um grupo de auditores da tróica em setembro. A liberação da referida parcela havia sido condicionada à aprovação, pelo Parlamento grego, de novo pacote de medidas estruturais, o que ocorreu somente em 8 de novembro de 2012. A demora explica-se pelas enormes dificuldades políticas encontradas pelo Parlamento para aprová-lo, visto que nele estavam incluídos cortes de salários e demissões. Como parte das condições para a liberação da parcela em questão, o Governo grego apresentou, em 3 de dezembro de 2012, proposta de recompra de títulos de sua dívida no mercado secundário.

A expectativa é de que a aprovação do pacote estrutural, aliada à liberação da parcela de 31,5 bilhões de euros e à recompra de títulos, altere a percepção de sustentabilidade da dívida e traga algum alívio para a economia grega. No entanto, a situação permanece frágil. Após cinco anos de recessão, (2008 a 2012), o FMI projeta nova contração do PIB em 2013 (-4%). O cenário recessivo, aliado ao elevado nível de endividamento (170% do PIB) e à alta taxa de desemprego (quase 25%), não permite vislumbrar uma superação da crise no curto prazo. Na opinião da maioria dos analistas, ainda que o plano estabelecido pela tróica seja plenamente executado, a dívida pública grega deverá ultrapassar a nova meta estabelecida de 124% do PIB em 2020 e 110% em 2022. Embora os líderes europeus estejam cientes de que a Grécia necessitará de medidas adicionais de assistência (como, por exemplo, nova redução de juros sobre os empréstimos concedidos), o que acarretaria em novas "perdas" para os credores oficiais, essa hipótese de nova "reestruturação" da dívida grega dificilmente será discutida ou implementada antes da eleição federal na Alemanha, em setembro deste ano.

Energias não renováveis

Em 2010, os combustíveis fósseis foram responsáveis por cerca de 91% da energia consumida na Grécia (petróleo e derivados: 52,43%, carvão: 27,43%, gás natural: 11,11%). O consumo de petróleo no país foi de 343 mil barris por dia em 2011, equivalente a menos de 13% do consumo brasileiro. Em 2010, os principais fornecedores de petróleo para a

Grécia foram o Irã e a Arábia Saudita. Com quatro refinarias, que atendem principalmente ao mercado interno, o país é autossuficiente no refino de derivados leves de petróleo, mas importa grande parte do óleo combustível e dos lubrificantes que consome.

Cerca de 75% da energia total utilizada na Grécia provém de importações, assim como 100% do petróleo e do gás natural. A única fonte convencional de energia encontrada no país é o carvão, cuja produção doméstica não é, entretanto, suficiente para atender a demanda interna, sendo necessária a importação da Rússia. Estudos têm indicado a possibilidade de que reservas significativas de petróleo possam ser encontradas no Mar Egeu, mas disputas não resolvidas com a Turquia com relação a centenas de pequenas ilhas naquela região têm impedido sua exploração. Nos últimos anos, o Governo grego tem promovido o desenvolvimento das energias renováveis no país, buscando desenvolver esse setor da economia.

A Grécia não produz eletricidade a partir de fontes nucleares, em parte devido à atividade sísmica registrada no país. Apesar de haver sido recentemente debatido o uso dessas fontes de energia, o Governo grego excluiu, em fevereiro de 2010, a possibilidade de investimentos nessa área.

A Grécia apresenta um dos mais baixos consumos *per capita* de energia da Europa, totalizando 2% do consumo energético total da União Europeia. A demanda energética em todos os segmentos (indústria, comércio, transporte, setor público, doméstico) encontra-se em queda no país e deverá continuar a retrair-se nos próximos anos, devido às medidas de austeridade implantadas por causa da crise fiscal. Como parte das medidas requeridas para receber pacote de € 110 bilhões em empréstimos do Fundo Monetário Internacional e dos países da Zona do Euro em maio de 2010, a Grécia aumentou em 10% os impostos sobre derivados de petróleo naquele ano. Em junho do corrente ano, uma crise energética no país, consequência da crise econômica, foi evitada após a empresa estatal grega de suprimento de gás natural DEPA receber empréstimo de € 100 milhões para pagamento de seus fornecedores de gás natural, que incluem a italiana ENI e a russa Gazprom.

O país tem procurado fortalecer suas relações com países próximos exportadores de energia, incluindo Azerbaijão, Irã, Cazaquistão e Turquia. Com este último, a Grécia completou, na última década, a construção de infraestrutura transfronteiriça de transmissão elétrica e de transporte de gás natural.

Energias renováveis

Na área de fontes renováveis, a matriz energética grega se mostra bastante diversificada, com uso de bioenergia, energia eólica, solar, hidrelétrica e geotérmica. No entanto, em conjunto, essas fontes são responsáveis por menos de 10% da energia consumida no país.

O Governo grego tem buscado incentivar a ampliação da participação de energias renováveis, com vistas a gerar divisas com a exportação do excedente energético produzido. Para tanto, estabeleceu meta de alcançar 20% de participação de energias renováveis na matriz energética do país até 2020, superior à estabelecida à Grécia pela Diretiva 28/2009/EC da União Europeia. O plano energético elaborado pelo Governo para 2050 apresenta metas ainda mais ambiciosas, com participação de energias renováveis na matriz energética superior a 60%. Para tanto, ao menos 85% da geração de eletricidade deverão ser com base em fontes renováveis, enquanto no setor de transportes, a participação de biocombustíveis deverá atingir 31%. Como forma de incentivar a introdução de biocombustíveis no mercado grego, estão previstos incentivos fiscais para a compra de veículos híbridos ou movidos a biocombustíveis.

O vasto potencial eólico tem sido aproveitado pela Grécia, como atesta o crescimento superior a 20% ao ano observado nesse setor desde 2010. Atualmente, o país conta com mais de 1600 MW de capacidade instalada. Até 2020, estima-se que a capacidade instalada deverá chegar a 7.500 MW, sendo 300 MW de instalações “*offshore*”. Na área de geração fotovoltaica, foi anunciado pelo Governo o projeto “Helios”, que deverá expandir a capacidade instalada de 206 MW (2010) para 2.200 MW, em 2020, alcançando 10.000 MW em 2050. Com essa iniciativa, o Governo grego pretende atrair 20 bilhões de euros em investimentos e tornar a Grécia o maior exportador de energia limpa da Europa.

Com respeito à bioenergia, o Governo grego tem buscado atrair investimentos na área, por meio de incentivos de longo prazo e de marco regulatório para o setor. Há interesse em usinas térmicas a biomassa (atualmente, a Grécia conta com 43 MW de capacidade instalada dessa modalidade) e na produção de biocombustíveis, mercado no qual estão presentes ao menos 10 empresas. Cabe ressaltar que, em 2010, foi manifestado o interesse grego em estreitar a cooperação com o Brasil no campo de biocombustíveis.

ANEXOS

1. Cronologia Histórica

ANO	
1822	Grécia declara sua independência (em relação ao Império Otomano).
1830	Reconhecimento internacional da independência da Grécia.
1913	Guerras entre a Grécia e a Turquia levam à anexação das regiões da Macedônia e da Trácia pelos gregos.
1917	Grécia ingressa na I Guerra Mundial ao lado dos Aliados.
1920	Plebiscito restaura a monarquia; George II assume o trono em 1922.
1924-1935	Segue-se um curto período republicano.
1935	George II é recolocado no trono graças a novo plebiscito.
1941	A Grécia é ocupada pelos alemães; o Rei se exila em Londres.
1944	A União Soviética expulsa os nazistas dos Bálcãs.
1946	Novo plebiscito reinstala George II no trono.
1949	George II favorece o estabelecimento de um governo de extrema direita, o que dá início a uma guerra civil contra os soviéticos.
1967	Com apoio dos EUA, militares liderados por Georgios Papadopoulos dão golpe de Estado e instauram ditadura militar, reforçando repressão anticomunista.
1973	Militares decidem abolir monarquia, desencadeando onda de protestos no ano seguinte; governo é devolvido aos civis.
1974	Inicia-se a redemocratização, chefiada por Costas Karamanlis. Plebiscito rejeita retorno da monarquia.
1975	Com nova Constituição, a Grécia é uma democracia republicana parlamentar.
1976	O grego se torna língua oficial.
1980	Costas Karamanlis é eleito Presidente do país.
1981	A Grécia adere à Comunidade Econômica Europeia.
2004	Jogos Olímpicos em Atenas.
2004	O conservador Partido Nova Democracia liderado por Costas Karamanlis assumiu as rédeas do governo a partir do Movimento Socialista Pan-Helênico (PASOK), após uma vitória nas eleições no início de março.
2007	Karamanlis vence as eleições. Afirma que prosseguirá com a política de reformas e fará da unidade nacional uma prioridade.
2008	Escândalos políticos resultam na demissão de membros do alto escalão do Governo Karamanlis. Em dezembro, a morte de um estudante por um policial desencadeia manifestações violentas em diversas cidades.
2009	Início da crise econômica.
2012	Antónis Sâmaras torna-se Primeiro-Ministro. A “tróica” (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI) aprova “pacote de socorro” para o país no valor de 130 bilhões de euros.

2. Cronologia das relações bilaterais

ANO	
1822	Brasil e Grécia declaram suas independências no mesmo ano.
1876	Imperador Dom Pedro II visita a Grécia.
1883	Imigrantes gregos estabelecem em Santa Catarina, na ilha de Florianópolis (então Nossa Senhora do Desterro) a primeira comunidade grega no Brasil.
1912	Oscar de Teffé é o primeiro Embaixador a assumir a Legação do Brasil em Atenas.
1941	Fechada a Legação do Brasil durante a II Guerra Mundial.
1945	Reaberta a Legação do Brasil em Atenas.
1958	Representação do Brasil é elevada à categoria de Embaixada.
Década de 1980	O número de gregos no Brasil diminui, com o início de fluxo migratório revertido (ida de brasileiros descendentes de gregos para a Grécia).
2003	Visita à Grécia do Ministro Celso Amorim, para encontro de Chanceleres da União Europeia e da América Latina.
2004	Criação, pelo Congresso Nacional, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Grécia.
2005	Visita à Grécia do Presidente da APEX, Juan Quirós.
2006	Criação, pelo Parlamento Helênico, do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil.
2006	Visita ao Brasil do Deputado Eviprídís Stylianídís, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia.
2006	Visita ao Brasil de Sua Santidade Ecumênica Bartolomeu I, Patriarca de Constantinopla.
2007	Visita à Grécia do Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles.
2008	Visita do enviado especial da Chanceler Dora Bakoyannis, Embaixador Michail Christides (setembro).
2008	Encontro do Ministro Celso Amorim com a Chanceler Dora Bakoyannis, à margem da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas.
2009	Visita oficial à Grécia do então Chanceler Celso Amorim.
2012	Deputado Alexis Tsipras, Presidente do SYRIZA, visita Brasília, acompanhado de demais parlamentares e membros do referido partido. Encontra-se com o Chanceler Antonio Patriota; o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); o Ministro Celso Amorim (Defesa); o Senhor Marco Aurélio Garcia (Assessor Especial da Presidência da República).

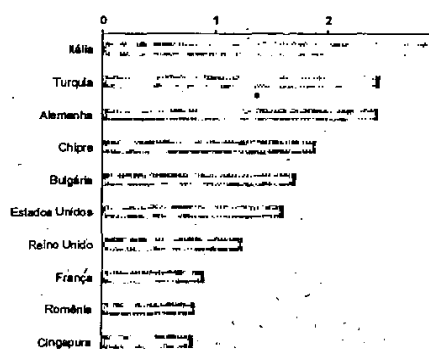
3. Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas	03/05/1951	03/05/1951	16/07/1951
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	03/04/1961	03/04/1961	12/06/1961
Acordo de Comércio	09/06/1975	02/07/1976	13/08/1976
Acordo de Previdência Social	12/09/1984	01/09/1988	12/03/1990
Ajuste para a Execução do Acordo de Previdência Social	16/07/1992	29/01/1993	29/01/1993
Acordo de Cooperação no Setor do Turismo	19/12/2002	16/11/2007	24/01/2008
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/03/2003	15/12/2007	26/03/2008
Acordo sobre Extradicação	03/04/2009	Em tramitação	

4. Dados Econômicos-Comerciais

GRÉCIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

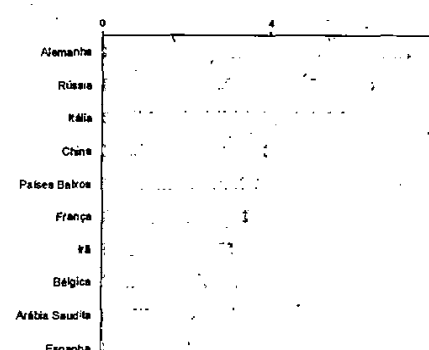
Descrição	2011	% no total	2012	% no total
Itália	2,96	9,5%	1,23	7,7%
Turquia	2,46	7,9%	1,51	9,5%
Alemanha	2,45	7,9%	1,08	6,8%
Chipre	1,89	6,1%	0,84	5,3%
Bulgária	1,72	5,5%	0,88	5,5%
Estados Unidos	1,61	5,2%	0,57	3,6%
Reino Unido	1,24	4,0%	0,49	3,1%
França	0,91	2,9%	0,41	2,6%
Romênia	0,83	2,7%	0,36	2,3%
Cingapura	0,81	2,6%	0,48	3,0%
...				
Brasil	0,04	0,1%	0,02	0,1%
Subtotal	16,92	54,4%	7,85	49,5%
Outros países	14,20	45,6%	8,00	50,5%
Total	31,12	100,0%	15,85	100,0%



As exportações gregas são destinadas em grande parte aos membros da União Europeia, que representaram mais da metade das vendas em 2011. Destacaram-se, sobretudo: Itália, Turquia e Alemanha como principais compradores, com 25% do total em 2011. O Brasil obteve o 55º lugar entre os principais importadores, com 0,1% do total.

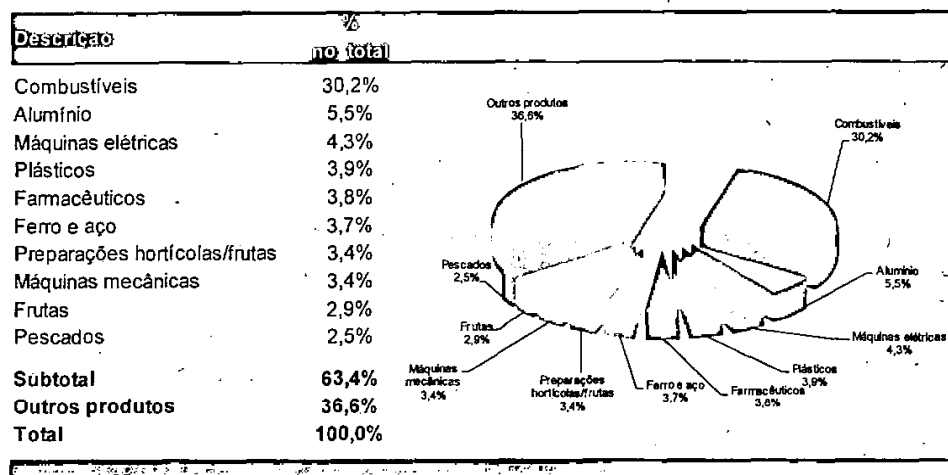
GRÉCIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total
Alemanha	6,40	10,6%	2,79	10,6%
Rússia	5,65	9,4%	2,73	10,3%
Itália	5,57	9,2%	2,22	8,4%
China	3,43	5,7%	1,41	5,3%
Países Baixos	3,29	5,5%	1,35	5,1%
França	3,04	5,0%	1,26	4,8%
Irã	2,74	4,5%	0,89	3,4%
Bélgica	2,20	3,6%	0,83	3,1%
Arábia Saudita	1,96	3,2%	0,41	1,5%
Espanha	1,88	3,1%	0,81	3,1%
...				
Brasil	0,21	0,4%	0,06	0,2%
Subtotal	36,38	60,3%	14,75	56,0%
Outros países	23,95	39,7%	11,60	44,0%
Total	60,33	100,0%	26,35	100,0%



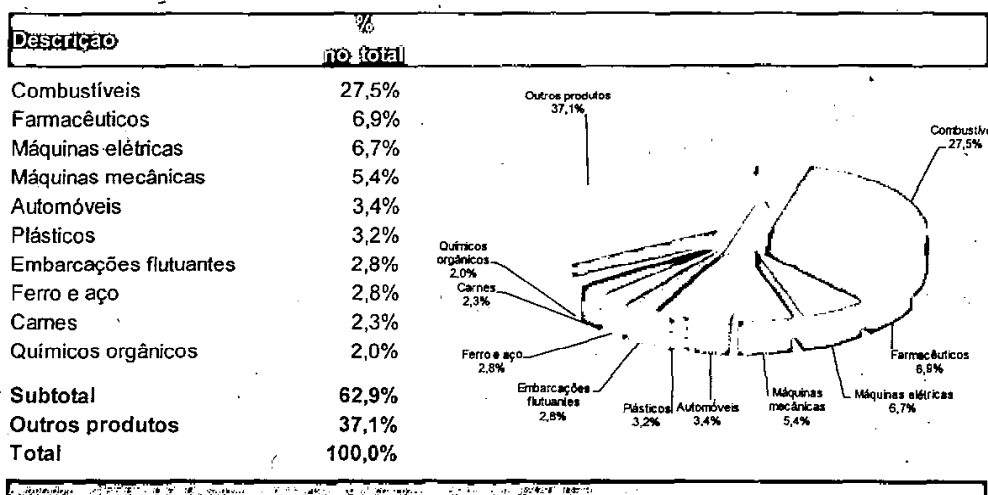
A exemplo das exportações, as importações da Grécia são também, em grande parte, provenientes da União Europeia, representando mais da metade das compras em 2011 (52% do total). Alemanha, Rússia e Itália são os principais fornecedores de bens ao país e participaram, em conjunto, com 29% do total. O Brasil obteve o 38º lugar entre os parceiros em 2011, participando com 0,4% do total.

GRÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Os hidrocarbonetos destacaram-se na pauta de exportações da Grécia. Em 2011, os combustíveis representaram cerca de 1/3 do total das vendas gregas, principalmente óleos de petróleo em bruto. Seguiram-se: alumínio (6%); máquinas elétricas (4%); plásticos (4%); produtos farmacêuticos (4%); e ferro e aço (4%).

GRÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %

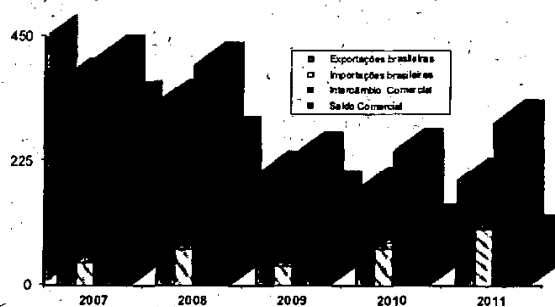


Os combustíveis também foram o principal grupo de produtos importados pela Grécia e representaram 28% do total em 2011, destacando-se, sobretudo, óleo de petróleo refinado. Ou seja, a Grécia exporta óleo bruto e importa óleo refinado para atender sua demanda energética.

BRASIL-GRÉCIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)
Exportações brasileiras	370,2	332,0	202,8	175,1	191,4	166,9	138,5
Variação em relação ao ano anterior	49,6%	-10,3%	-38,9%	-13,7%	9,3%	9,0%	-17,0%
Importações brasileiras	41,2	66,8	34,9	67,8	103,2	90,3	33,0
Variação em relação ao ano anterior	-30,4%	62,1%	-47,7%	94,1%	52,1%	42,3%	-63,4%
Intercâmbio Comercial	411,4	398,9	237,8	243,0	294,6	257,2	171,5
Variação em relação ao ano anterior	34,1%	-3,0%	-40,4%	2,2%	21,2%	18,8%	-33,3%
Saldo Comercial	328,9	265,2	167,9	107,3	88,2	76,6	105,5

A Grécia foi o 82º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou decréscimo de cerca de 28%, passando de US\$ 411 milhões, para US\$ 295 milhões. As exportações recuaram drasticamente, cerca de 48%, enquanto que as importações apresentaram aumento significativo de 150%. No período analisado o saldo da balança comercial apresentou-se favorável ao Brasil, registrando em 2011 superávit de US\$ 88 milhões.

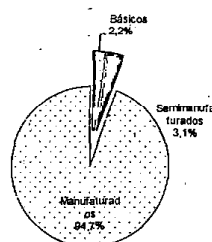
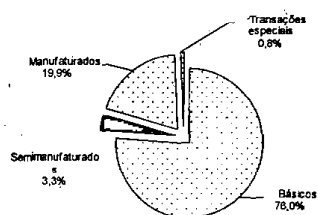


BRASIL-GRÉCIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	145,5	76,0%	2,3	2,2%
Semimanufaturados	6,3	3,3%	3,2	3,1%
Manufaturados	38,1	19,9%	97,7	94,7%
Transações especiais	1,5	0,8%	0,0	0,0%
Total	191,4	100,0%	103,2	100,0%

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da SECEX - Ministério da Economia.

As exportações brasileiras para a Grécia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 76% das vendas em 2011, com destaque para café/chá. Em seguida estão os bens manufaturados, com 20%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram quase a totalidade da pauta (95% do total) em 2011, com destaque para combustíveis.



BRASIL-GRÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para a Grécia, 2011
			Valor	% do total	
Café/chá	46,1	61,2	83,5	43,6%	
Fumo	30,1	20,4	22,5	11,8%	
Sementes/grãos	30,7	16,2	20,7	10,8%	
Açúcar	9,4	5,6	12,4	6,5%	
Resíduos inds alimentares	26,0	30,1	10,3	5,4%	
Minérios	0,0	2,0	6,3	3,3%	
Calçados	9,6	10,3	6,2	3,2%	
Ferro e aço	1,3	1,3	2,7	1,4%	
Automóveis	4,0	3,4	2,7	1,4%	
Plásticos	0,2	1,2	2,5	1,3%	
Subtotal	157,4	151,8	169,8	88,7%	
Outros produtos	45,4	23,3	21,6	11,3%	
Total	202,8	175,1	191,4	100,0%	

Café/chá respondem por quase metade das exportações brasileiras destinadas à Grécia (44% do total); principalmente o café em grão não torrado e não descafeinado. Em seguida destacaram-se: fumo (12%) e sementes (11%).

BRASIL-GRÉCIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da Grécia, 2011
			Valor	% do total	
Combustíveis	0,0	40,8	52,3	50,7%	
Obras pedra/cimento	7,8	8,7	10,5	10,2%	
Adubos	1,7	0,0	7,6	7,3%	
Sal/enxofre/pedras	2,2	1,1	7,1	6,9%	
Máquinas elétricas	3,9	6,7	5,8	5,6%	
Máquinas mecânicas	1,1	1,2	3,4	3,3%	
Gorduras/óleos	2,4	2,5	3,2	3,1%	
Borracha	7,6	0,6	3,0	2,9%	
Ferramentas	2,2	2,5	3,0	2,9%	
Prep hortícolas/frutas	0,2	0,6	2,6	2,5%	
Subtotal	29,1	64,6	98,5	95,5%	
Outros produtos	5,9	3,2	4,7	4,5%	
Total	34,9	67,8	103,2	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Grécia apresentaram concentração em combustíveis. Em 2011, esse grupo de produtos respondeu por mais da metade das compras brasileiras. Seguiram-se: obras pedra/cimento (10% do total) e adubos (7%).

BRASIL-GRÉCIA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)		Exportações bras. para a Grécia em 2012 (jan-out)
		Valor	% do total	
Exportações				
Café/chá	68,0	63,7	46,0%	
Açúcar	12,1	26,5	19,1%	
Fumo	20,6	21,1	15,2%	
Resíduos inds aliment	10,1	6,1	4,4%	
Calçados	5,6	3,9	2,8%	
Carnes	0,9	1,8	1,3%	
Plásticos	2,5	1,7	1,2%	
Automóveis	2,6	1,6	1,2%	
Farmacêuticos	1,7	1,6	1,1%	
Perfumaria	1,0	0,9	0,6%	
Subtotal	125,3	128,9	93,1%	
Outros produtos	41,6	9,6	6,9%	
Total	166,9	138,5	100,0%	

DESCRIÇÃO	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)		Importações bras. originárias da Grécia em 2012 (jan-out)
		Valor	% do total	
Importações				
Sal/enxofre/pedras	6,6	7,7	23,4%	
Obras pedra/gesso/cime	9,1	7,3	22,2%	
Máquinas elétricas	4,9	5,1	15,5%	
Máquinas mecânicas	3,2	2,6	7,9%	
Alumínio	1,0	2,1	6,4%	
Ferramentas/cutalaria	2,5	1,8	5,6%	
Gorduras/óleos	2,8	1,7	5,1%	
Ferro e aço	0,3	1,0	3,0%	
Fumo	0,3	0,6	2,0%	
Borracha	3,0	0,6	1,8%	
Subtotal	33,9	30,6	92,8%	
Outros produtos	56,5	2,4	7,2%	
Total	90,3	33,0	100,0%	

Aviso nº 86 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

2

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 6, de 2013 (nº 24, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Dessa forma, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, a indicada nasceu em 9 de julho de 1950, no Rio de Janeiro/RJ. É filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro.

Graduou-se em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui cursos de pós-graduação no Reino Unido nesse campo de estudos, com destaque para Mestrado (*Master of Arts – Linguistics*) na Universidade de Reading. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do

Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a tese intitulada “Conhecimentos tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)”.

Em 1982, titulou-se como Terceira-Secretária na carreira diplomática. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987 e Primeira-Secretária em 1993. Foi a Conselheira, por merecimento, em 1999. Na sequência, também por merecimento, alcançou promoção para Ministra de Segunda Classe (2003) e Ministra de Primeira Classe (2007).

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assessora no Gabinete do Ministro de Estado (1993); Assessora na Secretaria de Relações com o Congresso (1993); Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim (1994/1996); Assessora da Presidência da República (1999/2002); Assessora da Secretaria-Geral (2003/2004); Diretora do Departamento de Ásia e Oceania (2005/2008); e Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre as agências das Nações Unidas e organismos internacionais sediados em Genebra. Do texto encaminhado, merece destaque o que segue.

A Missão brasileira em Genebra tem atrás de si longa tradição, que diz com a exata importância dessa cidade no contexto internacional. Com efeito, nossa Missão foi estabelecida, com “status” de Embaixada, em solo genebrino no ano de 1924. Naquela altura, a cidade abrigava a Liga das Nações, antecessora da atual Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos dias de hoje, Genebra hospeda a segunda maior sede da ONU, depois de Nova York. Nessa cidade suíça estão sediados o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH); o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização Mundial da Saúde (OMS); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS); o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), entre outros.

A Missão Permanente tem, como se pode imaginar, enorme

responsabilidade. Nossos interesses nos temas objeto de preocupação de cada organização mencionada são muitos; assim como são os desafios a eles vinculados. Não sem motivo, a chefia desse Posto foi entregue, desde sempre, a diplomatas de notória respeitabilidade. Assim, por exemplo, em tempos mais próximos: Paulo Nogueira Batista (1983/87), Rubens Ricupero (1987/91), Celso Amorim (1991/93 e 1999/2001), Luiz Felipe Lampreia (1993/95), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002/05) e, desde 2008, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 6, DE 2013

(nº 24/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Os méritos da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura que parece ser 'Dunlop'.

EM nº 00011/2013 MRE

Brasília, 18 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00011 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**

CPF.: 105.940.517-20

ID.: 8297 MRE

1950 Filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro, nasce em 9 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1969 Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1973 Pós-graduação, Teaching of English as a Foreign Language, Royal Society of Arts, Londres, Reino Unido
1975 Pós-graduação, in Applied Linguistics, Leeds University, Leeds, Reino Unido
1977 Mestrado, Master of Arts - Linguistics, University of Reading, Reino Unido
1980 Letras pela Universidade Veiga de Almeida/RJ
1981 CPCD - IRBr
1990 CAD - IRBr
2003 CAE - IRBr, Conhecimentos Tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI

Cargos:

1982 Terceira-Secretária
1987 Segunda-Secretária
1993 Primeira-Secretária, por merecimento
1999 Conselheira, por merecimento
2003 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2007 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1970 Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora Assistente
1977 Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, Chefe do ensino básico
1978 Cultura Inglesa, Professora de Lingüística, Curso de Formação de Professores
1983 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
1983 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1989 Representação junto aos Organismos Econômicos Especiais Internacionais, Londres, Segunda-Secretária
1990 Embaixada em Londres, Segunda-Secretária
1993 Gabinete do Ministro de Estado, assessora
1993 Secretaria de Relações com o Congresso, assessora
1994 Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária
1997 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessora
1999 Presidência da República, assessora
2003 Secretaria-Geral, assessora
2005 Departamento da Ásia e Oceania, Diretora
2009 Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas
2012 Reunião Ministerial do Bureau de Coordenação do Movimento Não-Alinhado, Sharm El Sheikh, Egito, Chefe de delegação
2012 II Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Contraterrorismo das Nações Unidas, Jeda, Arábia Saudita, Chefe de delegação
2012 XVI Cúpula do Movimento Não-Alinhado, Teerã, Irã, Chefe de delegação

Condecorações:

- 2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2007 Ordem Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2012 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

- 2001 Artesanato Solidário, in Patrimônio Imaterial, Revista Tempo Brasileiro nº147, Tempo Brasileiro, ed., Rio de Janeiro


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS SEDIADOS EM GENEBRA**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013**

Escritório das Nações Unidas em Genebra e Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Escritório das Nações Unidas em Genebra

A segunda maior sede da Organização das Nações Unidas (ONU) está situada em Genebra, na Suíça (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização).

No Escritório da ONU em Genebra estão sediados, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*) tem como sede o Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Ademais de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, a cidade de Genebra é também sede de outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha.

Missão Permanente do Brasil em Genebra

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a um Organismo Internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada.

Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993-1995) e Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005).

Desde 2008, desempenha a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Organização Mundial da Saúde (OMS)



Membros	194 membros: Niue, Ilhas Cook e todos os países membros da ONU, à exceção de Liechtenstein
Ano da fundação	1948
Ano de adesão do Brasil	1948
Sede da OMS	Genebra, Suíça Endereço: Avenue Appia 20 1211 Genève 27 Suisse
Diretora-Geral	Margaret Chan
Escritório da OMS no Brasil	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - 70800-400 - Brasília
Diretor do Escritório no Brasil	Joaquín Molina

Informações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é a autoridade diretiva e coordenadora para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Está encarregada de debater as questões mundiais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham com muitos parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não-governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado.

No século 21, a saúde é uma responsabilidade compartilhada, envolvendo acesso igualitário para cuidado essencial e defesa coletiva contra ameaças transnacionais.

A Assembleia Mundial da Saúde é o órgão decisório supremo para a Organização Mundial da Saúde. Os encontros ocorrem, geralmente, em maio de cada ano, e contam com a participação de delegações dos 194 países-membros. A principal função é determinar as políticas da Organização. A Assembleia indica o Diretor-Geral, supervisiona as políticas financeiras da organização, bem como revisa e aprova o programa de orçamento proposto. Examina, ademais, relatos da comissão executiva, à qual fornece instruções relativas a assuntos que podem requerer ação, estudo, investigação ou relato.

O Secretariado da OMS conta com cerca de 8.000 funcionários, incluindo especialistas de saúde e de outras áreas, bem como funcionários de apoio contratados por períodos fixos, trabalhando nos escritórios-sedes, nos seis escritórios regionais e nos países.

A Organização é dirigida pelo Diretor-Geral, que é indicado pela Assembleia Mundial da Saúde quando da nomeação da Junta Executiva.

Perfil da Diretora-Geral da OMS

A Doutora Margaret Chan é a Diretora-Geral da OMS, indicada pela Assembleia Mundial da Saúde em 9 de novembro de 2006. A Assembleia indicou a Doutora Chan para o segundo mandato de cinco anos na 65ª sessão em maio de 2012. O mandato da Doutora Chan iniciou-se em 1 de julho de 2012, e continuará até 30 de junho de 2017.

Antes de ser eleita Diretora-Geral da OMS, a Doutora Chan foi Diretora-Assistente para doenças transmissíveis, bem como representante do Diretor-Geral para gripe pandêmica.

Antes de ingressar na OMS, foi Diretora de Saúde de Hong Kong. Durante os nove anos de exercício como Diretora, enfrentou o primeiro surto de gripe aviária H5N1, em 1997. Derrotou de forma exitosa a onda de surtos da síndrome aguda respiratória (SARS) em Hong Kong em 2003. Ela também lançou novos serviços para prevenir doenças e promover melhores condições de saúde.

A Doutora Margaret Chan é natural da República Popular da China, e graduou-se em Medicina pela Universidade de Ontário do Oeste, no Canadá.

Principais funções da OMS

As seguintes funções principais foram estabelecidas no 11º Programa Geral de Trabalho, que fornece a estrutura para o amplo programa de trabalho da Organização, o orçamento, os recursos e os resultados. Intitulado “Engajamento para a Saúde”, o programa cobre o período de 2006 a 2015.

- Proporcionar liderança em assuntos críticos para a saúde, e engajamento para o estabelecimento de parcerias visando ação conjunta quando for necessário;
- Elaborar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento;
- Estabelecer normas e padrões, e promover e monitorar sua implementação;
- Articular opções de políticas éticas e baseadas em evidências;
- Promover suporte técnico, catalisando mudanças e construindo capacidade institucional sustentável; e,
- Monitorar a situação da saúde e acessar tendências da saúde.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Na Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, 191 países estabeleceram as ambiciosas tarefas de combater a pobreza e a falta de saúde, e de melhorar a vida das pessoas até 2015. Oriundas da Declaração do Milênio, essas tarefas se tornaram conhecidas como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs). A saúde está no cerne dessa agenda. Três das oito metas – erradicar a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças – estão diretamente ligadas ao tema da saúde. Melhorar a saúde é também a chave para outras metas, tais como a erradicação da extrema pobreza e da fome, e a conquista da sustentabilidade ambiental.

Breve Histórico da OMS

- 1945: na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945, uma das questões discutidas foi o estabelecimento de uma organização de saúde mundial. A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em vigor em 7 de abril de 1948. O dia 7 de abril passou a ser o Dia Mundial da Saúde.

1948: delegados de 53 dos 55 países membros fundadores da OMS compareceram à primeira Assembleia da Organização em junho de 1948. Decidiram que as principais prioridades da OMS seriam a malária, saúde das mulheres e crianças, tuberculose, doenças venéreas, nutrição e saúde ambiental – alguns ainda permanecem como prioridade atualmente. O trabalho da OMS, desde então, ampliou-se para, também, cobrir problemas de saúde que não eram sequer conhecidos em 1948, incluindo novas doenças como o HIV/Aids. Em 1948, a OMS assumiu a responsabilidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que remonta aos anos de 1850. A CID é usada para classificar doenças e outros problemas de saúde, e tornou-se o padrão internacional usado para fins clínicos e epidemiológicos.

- 1952: O Doutor Jonas Salk (EUA) desenvolveu a primeira vacina bem-sucedida contra a pólio.

- 1952 – 1964: Programa Global de controle da bôba (erupção cutânea também conhecida como frambesia ou *yaws*). Uma das primeiras doenças que chamou a atenção da OMS, a bôba é uma doença degenerativa que afligiu cerca de 50 milhões de pessoas em 1950. O Programa Global de controle dessa doença, em operação entre 1952-1964, usou penicilina de longa ação para tratá-la com uma única injeção. Por volta de 1965, o Programa já havia examinado 300 milhões de pessoas em 46 países, e reduzido a incidência global da doença em mais de 95%.

- 1967: O cirurgião sul-africano Christiaan Barnard conduziu o primeiro transplante de coração.
- 1974: A Assembleia Mundial da Saúde adotou a resolução para a criação do Programa de Extensão em Imunização, a fim de trazer vacinas básicas para todas as crianças do mundo.
- 1977: A primeira Lista de Remédios Essenciais surgiu em 1977, dois anos depois da Assembleia Mundial da Saúde introduzir os conceitos de remédios essenciais e política nacional de remédios. Atualmente, 156 países dispõem de uma lista nacional de remédios essenciais.
- 1978: A Conferência Internacional em Cuidados de Primeiros Socorros, em Almata, Cazaquistão, estabeleceu a meta histórica de “saúde para todos”.
- 1979: Erradicação da varíola – doença que havia mutilado e causado a morte de milhões. No fim dos anos de 1970, foi uma das maiores conquistas da OMS. A campanha para a erradicação dessa doença mortal pelo mundo foi coordenada pela OMS entre 1967 e 1979. Foi a primeira e, até agora, a única vez que uma doença infecciosa foi erradicada.
- 1983: O Instituto Pasteur, da França, identifica o vírus HIV.
- 1988: A iniciativa global de erradicação da pólio é estabelecida. Desde seu lançamento em 1988, a iniciativa reduziu o número de casos de pólio em mais de 99%. Conduzido pelos governos nacionais, OMS, Rotary Internacional, centros para prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos e a UNICEF, o programa já imunizou mais de dois milhões de crianças, graças a mobilização de mais de 20 milhões de voluntários e trabalhadores da saúde. Como resultado, cinco milhões de crianças estão andando atualmente e mais de 1,5 milhão de mortes infantis foram evitadas. A meta é erradicar a pólio em todo o mundo, de forma que nenhuma criança tenha paralisia causada por essa doença.
- 2003: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) foi reconhecida pela primeira vez, e, então, controlada.
- 2003: Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco. O dia 21 de maio de 2003 foi um dia histórico para a saúde pública. Após cerca de quatro anos de negociações intensas, a Assembleia Mundial da Saúde adotou, de maneira unânime, o primeiro tratado global público de saúde da OMS. O tratado foi elaborado para reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabaco pelo mundo.

- 2004: Adoção de uma estratégia global em dieta, atividade física e saúde.
- 2005: A Assembleia Mundial da Saúde revisa os Regulamentos Internacionais de Saúde.

OPAS/OMS Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização exerce um papel fundamental na melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros. É um trabalho de cooperação internacional, promovido por técnicos e cientistas vinculados à OPAS/OMS, especializados em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde.

Todo esse esforço é direcionado para alcançar metas comuns, como iniciativas sanitárias multilaterais, traçadas pelos governos que fazem parte da OPAS/OMS, sempre com uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados.

O atual Representante da OPAS/OMS no Brasil é o Doutor Joaquín Molina.

Organização Internacional do Trabalho



Países-membros:	185 membros (todos os países-membros da ONU, à exceção de Andorra, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Mônaco, Liechtenstein, Micronésia, Nauru e Tonga)
Ano da fundação	1919
Ano de adesão do Brasil	1919
Sede da OIT	Genebra, Suíça Endereço: 4 route des Morillons - CH-1211 Genève 22 -Switzerland -
Diretor-Geral	Guy Ryder
Escritório da OIT no Brasil	Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília - DF / Brasil - 70800-400 Tel.: +55.61.2106-4600 Fax: +55.61.3322-4352
Diretora do Escritório no Brasil	Laís Abramo

Perfil biográfico
Guy Ryder
Diretor-Geral da OIT

Nasceu em Liverpool, Reino Unido, em 1956, e graduou-se nas Universidades de Cambridge e Liverpool. Começou sua carreira no Departamento Internacional do Congresso Sindical em Londres. Em 1985, tornou-se Secretário da Seção de Indústria da Federação Internacional dos Empregados Comerciais, Clericais, Profissionais e Técnicos (FIET), em Genebra. Em 1988, tornou-se Diretor-Assistente e, em 1993, Diretor do Escritório em Genebra da Confederação Internacional de Entidades Sindicais Livres.

Em 1988, tornou-se Diretor do Bureau para Atividades dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e, em 1999, foi indicado para o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral.

Em 1992, tornou-se Secretário-Geral da Confederação Internacional das Entidades Sindicais Livres (ICFTU), em Bruxelas, cargo ocupado até novembro de 2006, quando tornou-se Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC).

Em setembro de 2010, retornou à OIT como Diretor Executivo do Departamento de Normas e Princípios Fundamentais do Trabalho.

Informações gerais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza essa missão histórica, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

São os seguintes os quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação; a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Estrutura da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência tripartite das Nações Unidas composta por representantes de Governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa estrutura tripartite faz da OIT o único fórum no qual Governos e parceiros sociais da economia de 185 países-membros possam debater, e elaborar livremente padrões e políticas.

O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em filiais regionais em mais de 40 países, sob a liderança do Diretor-Geral.

Diretor-Geral da OIT

O Diretor-Geral é eleito a cada cinco anos pela Direção da OIT. O Diretor-Geral está sujeito às instruções dessa Direção, sendo responsável pela condução eficiente do Escritório Internacional do Trabalho.

Tribunal Administrativo da OIT

O Tribunal Administrativo da OIT examina queixas referentes a emprego por agentes do Escritório Internacional do Trabalho, e de outras organizações internacionais que tenham reconhecido a sua jurisdição. Atualmente está aberto para aproximadamente 46.000 funcionários civis que estão servindo, ou ex-funcionários, de cerca de 60 organizações.

Os centros e escritórios da OIT

A OIT é referência mundial como fonte de conhecimento no tema do trabalho. A Organização dispõe de institutos e centros que fornecem pesquisa especializada, treinamento e apoio para os escritórios e integrantes da OIT.

Histórico

A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. A OIT desempenhou, desde sua criação, papel importante na definição das legislações trabalhistas, e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas nacionais. É responsável pela formulação e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico.

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT, e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referiram-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT.

Em 1926, a Conferência Internacional do Trabalho introduziu inovação importante: com vistas a supervisionar a aplicação das normas, criou a Comissão de Peritos, composta por juristas independentes, encarregada de examinar os relatórios enviados pelos Governos sobre a aplicação de Convenções por eles ratificadas (as "memórias"). A cada ano, essa Comissão apresenta seu próprio relatório à Conferência. Desde então, seu mandato foi ampliado para incluir memórias sobre convenções e recomendações não ratificadas.

Entre 1919 e 1939, foram adotadas 67 convenções e 66 recomendações. A eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em agosto de 1940, a localização da Suíça no coração de uma Europa em guerra levou o novo Diretor-Geral, John Winant, a mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, constitui, desde então, a carta de princípios e objetivos da OIT. A Declaração reafirmou o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social, e estabelecia quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: que o trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; e que todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

No final da guerra, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz através do diálogo entre as nações. A OIT, em 1946, se transforma em sua primeira agência especializada.

Em 1969, ano em que comemorava seu 50º aniversário, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ao apresentar o prestigioso prêmio, o Presidente do Comitê do Prêmio Nobel ressaltou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países” e deve ser considerada “a consciência social da humanidade”.

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho, na sua 87ª Sessão, adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, definidos como o respeito à liberdade sindical e de associação; o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A Declaração associa a esses 4 direitos e princípios 8 convenções, que passam a ser definidas como fundamentais. Estabelece que todos os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de sê-lo e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. A Conferência define também a ratificação universal dessas convenções como um objetivo, senta as bases para um amplo programa de cooperação técnica da OIT com os seus Estados-Membros com o objetivo de contribuir à sua efetiva aplicação e define um mecanismo de monitoramento dos avanços realizados.

Em junho de 2008, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra, representantes de governos, empregadores e trabalhadores, adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. O documento corresponde a uma das primeiras manifestações de um organismo internacional com preocupações sobre o mundo globalizado e a grave crise financeira internacional, que iria eclodir a partir de setembro de 2008.

OIT no Brasil

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras.

Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, em junho de 2003. A Agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda.

O Brasil é pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua Agenda em dezembro de 2007, e o Estado de Mato Grosso realizou, em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, com o mesmo objetivo.

O caminho que levou à convocação desse processo de consulta nacional teve seu início em junho de 2003, quando o Diretor-Geral da OIT e o Presidente do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento, que previa o estabelecimento de um programa especial de cooperação técnica para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) no Brasil, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Entre 2003 e 2010, diversas instâncias consultivas e deliberativas sobre o tema foram constituídas, tendo sido possível construir consensos importantes no campo da promoção do trabalho decente no país.

Em maio de 2006, a ANTD foi lançada em Brasília pelo Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, durante a qual também foi lançada, pelo Diretor-Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD). Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD se estrutura em torno de três prioridades: (i) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e de tratamento; (ii) a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; e, (iii) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo MTE, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

O processo de implementação da ANTD ganhou novo impulso no final de 2007, com a constituição de um Grupo Técnico Tripartite (GTT) de consulta e monitoramento. Também se avançou, nesse período, na discussão sobre os indicadores para monitorar os avanços nas diversas dimensões do trabalho decente, e na experiência pioneira de elaboração de Agendas estaduais (Bahia, Mato Grosso) e intermunicipais (região do ABC Paulista) de Trabalho Decente.

O passo seguinte foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo MTE e com a assistência técnica da OIT. No dia 4 de junho de 2009, foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD.

Durante 2009, o PNETD foi intensamente discutido por diversas áreas do Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), em um importante processo de diálogo social. Como resultado, foi construído um consenso tripartite em torno às prioridades e resultados do PNETD, referendado por um documento firmado por representantes de governo, empregadores e trabalhadores durante a 98ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2009). Na ocasião, uma Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT reafirmou o compromisso entre o Governo brasileiro e a OIT em relação ao tema.

O mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Esse objetivo foi cumprido durante o ano de 2010, através de um amplo e produtivo processo de diálogo tripartite. A ANTdj se organiza em torno a quatro prioridades: (i) mais e melhor educação; (ii) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; (iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; (iv) diálogo social.

**Programa Conjunto das Nações Unidas sobre
HIV/Aids (UNAIDS)**



Países-membros	Grupos Regionais de apoio
	Grupo África - Leste e Sul África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritreia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. Grupo África - Norte e Oriente Médio Afeganistão, Arábia Saudita, Argélia, Djibouti, Egito, Iémen, Irã, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia. Grupo África - Oeste e Central Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo. Grupo – América Latina

	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela. Grupo - Ásia e Pacífico Austrália, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Ilhas Marshall, Japão, Laos, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, República da Coreia, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Tuvalu, Vietnã. Grupo Caribenho Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Guyana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago. Grupo – Europa da Leste e Ásia Central Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Tcheca, Estônia, Geórgia, Hungria, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Montenegro, Polônia, República da Moldóva, Romênia, Rússia, Sérvia, Eslovênia, Tajiquistão, República da Macedônia, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão. Grupo – Outros países Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça.
Ano de estabelecimento	1994
Sede da UNAIDS	Secretariado da UNAIDS UNAIDS Secretariat 20, Avenue Appia

	CH-1211 Geneva 27 Switzerland
Director Executivo	Michel Sidibé
Escritório da UNAIDS no Brasil	EQSW 103/104 Lote 1 Bloco C 2º Andar – Setor Sudoeste 70670-350 – Brasília – DF – Brasil Tel. (55 61) 3038 9220 E-mail: brazil@unaids.org Site: www.unaids.org.br
Contatos da UNAIDS no Brasil	- Pedro Chequer – representante da UNAIDS Email: chequerP@unaids.org - Vincent Defourny – Diretor do “UN theme group on HIV/AIDS” e representante da UNESCO Email: vincent.defourny@unesco.org.br

Informações Gerais

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) é uma parceria inovadora que encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Co-patrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e cinco representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Para garantir que os países recebam o melhor apoio técnico especializado, e para evitar duplicação de esforços, uma “divisão do trabalho”, baseada nas vantagens comparativas de cada Agência, orienta o apoio oferecido pelo Programa Conjunto (Secretariado do UNAIDS e Co-

patrocinadores). Cada uma das organizações que integram o UNAIDS lidera em pelo menos uma área técnica.

O Secretariado do Gabinete Executivo da UNAIDS é um fórum para tomada de decisões em alto nível sobre temas estratégicos para a Organização. É composto pelo Diretor Executivo, pelos Vice-Diretores Executivos das filiais do Programa e da filial de Gerenciamento e Governança e pelo Diretor do Escritório Executivo.

Perfil do Diretor Executivo - Michel Sidibé

O Senhor Michel Sidibé é o Diretor Executivo do UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

A nomeação de Sidibé se efetivou no dia 1º de janeiro de 2009, com o cargo de Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas.

Antes do UNAIDS, Sidibé trabalhou mais de 25 anos no serviço público. Começou sua trajetória em saúde e desenvolvimento mundial preocupando-se pela saúde e o bem-estar dos Tuaregs nômades da região de Timbuktu, no Mali, sua terra natal. Posteriormente, assumiu o papel de Diretor nacional da federação de desenvolvimento internacional “Terre des Hommes”.

Em 1987, começou a trabalhar com o UNICEF na República Democrática do Congo. Durante seus 14 anos no UNICEF, Sidibé supervisionou os programas de 10 países de língua oficial francesa na África. Também atuou como Representante Nacional do UNICEF em diferentes países africanos, como Swazilândia, Burundi e Uganda.

Em 2001, ocupou o posto de Diretor do Departamento de Apoio Nacional e Regional do UNAIDS. Em 2007, Sidibé foi nomeado Diretor Executivo Adjunto de programas do UNAIDS e Secretário-Geral Assistente das Nações Unidas. Como tal, dirigiu o apoio que o UNAIDS oferece às respostas regionais e nacionais, e às iniciativas relacionadas às políticas, evidências científicas, monitoramento e avaliação em âmbito mundial.

Sidibé tem dois diplomas pós-mestrado em Planejamento Social e Demografia, e em Desenvolvimento Internacional e Economia Política, pela Universidade de Clermont. É também mestre em Economia. Em 2007, Sidibé foi nomeado professor honorário da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul.

Nascido em 1952, Sidibé é natural do Mali.

As metas da UNAIDS até 2015 são:

1) Ter Zero Novas Infecções

- Reduzir pela metade a transmissão sexual do HIV/VIH, inclusive entre jovens, homens que fazem sexo com homens e a transmissão no contexto do trabalho sexual;
- Eliminar a transmissão vertical do HIV/VIH, e reduzir pela metade a mortalidade materna relacionada à Aids/SIDA; e,
- Prevenir todas as novas infecções pelo HIV/VIH entre pessoas que usam drogas.

2) Ter Zero Mortes relacionadas à Aids/SIDA

- Acesso universal à terapia antirretroviral por pessoas vivendo com HIV/VIH com indicação de tratamento;
- Reduzir pela metade as mortes por tuberculose entre pessoas vivendo com HIV/VIH;
- Ter as pessoas vivendo com HIV/VIH e os domicílios afetados pelo HIV/VIH contemplados por todas as estratégias nacionais de proteção social, e com acesso a serviços essenciais de atenção e apoio; e,
- Avançar com os Direitos Humanos e a igualdade de gênero na resposta ao HIV/VIH.

3) Ter Zero Discriminação

- Reduzir pela metade o número de países com leis e práticas punitivas relativas à transmissão do HIV/VIH, ao trabalho sexual, ao uso de drogas ou à homossexualidade;
- Reduzir pela metade o número de países que restringem a entrada, a estada e a residência de pessoas com HIV/VIH em seu território;
- Ter as necessidades específicas de mulheres e meninas relativas ao HIV/VIH contempladas em pelo menos a metade de todas as respostas nacionais ao HIV/VIH; e,
- Tolerância zero com a violência baseada em gênero.

UNAIDS no Brasil

O UNAIDS mantém representação no Brasil desde o ano 2000, em Brasília. Desde 2010, é o ponto focal do Secretariado junto à CPLP, na área de cooperação em HIV/Aids.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)



Países-membros: É composto por 47 Estados-membros das Nações Unidas, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em eleições diretas e secretas. A Assembleia Geral leva em consideração a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, bem como seus compromissos voluntários e empenho nessa área. A composição do Conselho é baseada em uma distribuição geográfica equitativa. Os assentos estão distribuídos da seguinte forma:

1. Países Africanos: 13 assentos
2. Países Asiáticos: 13 assentos
3. Países Latino-Americanos e Caribenhos: 8 assentos
4. Países da Europa Ocidental e outros: 7 assentos
5. Países da Europa Oriental: 6 assentos

Os membros eleitos servem por um período de três anos, e não são elegíveis para reeleição imediata após servirem por dois períodos consecutivos.

Os atuais membros do Conselho, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, por grupos regionais, são os seguintes (os números entre parênteses indicam o ano de término do atual mandato):

Países Africanos:

Angola (2013)	Gabão (2015)
Benin (2014)	República do Quênia (2015)
Botsuana (2014)	Líbia (2013)
Burkina Faso (2014)	Mauritânia (2013)
República do Congo (2014)	República da Serra Leoa (2015)
Costa do Marfim (2015)	Uganda (2013)
Etiópia (2015)	

Países Asiáticos:

Índia (2014)
 Indonésia (2014)
 Japão (2015)
 Cazaquistão (2015)
 Kuwait (2014)
 Malásia (2013)
 Maldivas (2013)
 Paquistão (2015)
 Filipinas (2014)
 Catar (2013)
 República da Coreia (2015)
 Tailândia (2013)
 Emirados Árabes Unidos (2015)

Países Latino-Americanos eCaribenhos:

Argentina (2015)
 Brasil (2015)
 Chile (2014)
 Costa Rica (2014)
 Equador (2013)

Guatemala (2013)

Peru (2014)

Venezuela (2015)

Países da Europa Ocidental eoutros:

Áustria (2014)
 Alemanha (2015)
 Irlanda (2015)
 Itália (2014)
 Espanha (2013)
 Suíça (2013)
 Estados Unidos da América (2015)

Países da Europa Oriental:

República Tcheca (2014)
 Estônia (2015)
 Montenegro (2015)
 Polônia (2013)
 República da Moldávia (2013)
 Romênia (2014)

A Presidência do Conselho é composta por cinco pessoas – um Presidente e quatro Vice-Présidentes – representando os cinco grupos regionais. Eles servem por um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Ano de fundação: O Conselho de Direitos Humanos foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de março de 2006, pela Resolução 60/251. Sua primeira sessão ocorreu de 19 a 30 de junho de 2006. Substituiu a Comissão sobre os Direitos Humanos da ONU, que foi, por 60 anos, o principal mecanismo intergovernamental da ONU responsável pelos Direitos Humanos.

Adesão e/ou participação do Brasil: Todos os 193 países-membros das Nações Unidas podem, em princípio, tomar parte no Conselho. O Brasil participou do Conselho entre 2006 a 2011 (eleição e reeleição), e será novamente membro do órgão de 2013 a 2015.

Sede: Genebra

Principais órgãos: O Conselho é um órgão deliberativo, cujo Secretariado é fornecido pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH).

No entanto, o CDH trabalha com vários mecanismos, com o fim de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, solucionando situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações sobre elas, incluindo a resposta às emergências. Esses mecanismos incluem:

- a) a Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Conselho avalia a situação dos Direitos Humanos em todos os 193 Estados-Membros da ONU; e
- b) os Procedimentos Especiais da ONU, já utilizados pela antiga Comissão sobre os Direitos Humanos. Seus mandatos podem ser temáticos ou sobre países, e podem ser realizados por um relator especial ou perito independente, ou por grupo de trabalho criado para esse fim pelo CDH. Seus membros são indicados pelo Conselho, e exercem suas funções a título pessoal (ou seja, sem que representem formalmente o Governo de um Estado). Eles analisam, monitoram, aconselham e relatam publicamente as situações dos Direitos Humanos em países ou territórios específicos, ou violações dos Direitos Humanos específicas. Há, no momento, 36 Procedimentos Especiais temáticos e 12 sobre países. Desses, há dois Relatores Especiais brasileiros, a saber, as Senhoras Raquel Rolnik, Relatora Especial para a moradia adequada, e Gabriela Knaul, Relatora Especial sobre a independência de juízes e advogados; e o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, atual Presidente da Comissão de Inquérito e futuro Relator Especial sobre a situação dos Direitos Humanos na República Árabe da Síria.

Chefia: Trata-se de Órgão colegiado, com alterações regulares de sua Presidência. O atual Presidente do Conselho em 2013 é o Embaixador Remigiusz Achilles Henczel, da Polônia.

Remigiusz Achilles Henczel
Presidente do Conselho de Direitos Humanos

Nascido em Jarocin, Polônia, em 23 de junho de 1957, casado, com uma filha.

PhD em Direito Internacional Público e Organizações Internacionais pela Universidade Adam Mickiewicz, em Poznan, Polônia, 1987.

Representante Permanente da Polônia junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra desde outubro de 2010. Antes desse posto, foi Diretor do Departamento Legal e de Tratados do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Polônia (2003 e 2010); representante polonês na VI Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas; Conselheiro Legal do Conselho da Europa e da União Europeia; e Chefe do Departamento do Trabalho e Relações Industriais no quadro da Missão Temporária Administrativa das Nações Unidas no Kosovo (2001-2002).

Atual Chefe da Missão brasileira junto ao CDH: Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo.

Representante(s) do Organismo no Brasil: Por tratar-se de Órgão colegiado de fundo deliberativo, sem caráter executivo, o CDH não dispõe de Representantes no Brasil.

Demais informações:

O Conselho é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, buscando solucionar situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações para evitar a recorrência dessas violações, inclusive em situações emergenciais. Seus principais mecanismos para exercer a função de monitoramento são a Revisão Periódica Universal, e os Procedimentos Especiais da ONU.

O Conselho desempenha, ainda, papel de grande importância na criação de consenso internacional em prol dos Direitos Humanos, bem como no progresso do Direito Internacional sobre a matéria.

Os atuais “procedimentos especiais” incidem sobre os seguintes países: Bielorrússia, Camboja, Costa do Marfim, Eritreia, República Popular Democrática da Coreia, Haiti, Irã, Myanmar, Palestina, Somália, Sudão e Síria, e abrangem os seguintes temas: moradia adequada; afrodescendentes; detenções arbitrárias; tráfico de crianças, prostituição e pornografia infantil; direitos culturais; promoção de ordem internacional democrática e equitativa; direito à educação; obrigações de Direitos Humanos relacionadas ao usufruto de um meio-ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; desaparecimentos forçados ou involuntários; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; pobreza extrema e Direitos Humanos; direito à alimentação; efeitos da dívida externa e

obrigações financeiras internacionais correlatas sobre o gozo pleno dos Direitos Humanos; particularmente direitos econômicos, sociais e culturais; direitos de livre associação e reunião pacíficas; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; liberdade de religião ou de crença; direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; situação dos defensores de Direitos Humanos; independência de juízes e advogados; direitos de povos indígenas; Direitos Humanos de refugiados internos; uso de mercenários como meio de impedir o exercício do direito dos povos à auto-determinação; Direitos Humanos de migrantes; assuntos de minorias; promoção da verdade, justiça; reparação e garantias de não-recorrência; formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas; formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e suas consequências; Direitos Humanos e solidariedade internacional; promoção e proteção de Direitos Humanos no combate ao terrorismo; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, inumanas ou degradante; implicações para os Direitos Humanos de um tratamento e eliminação de materiais e substâncias perigosas de forma ambientalmente sã; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; Direitos Humanos, corporações transnacionais e outros negócios; direito humano à água potável segura e ao saneamento; discriminação contra mulheres perante a lei e na prática; e violência contra mulheres, suas causas e suas consequências.

Relações bilaterais: O Brasil participou ativamente dos trabalhos que levaram à criação do Conselho, com o intuito de corrigir os problemas encontrados com a antiga Comissão, e foi eleito em 9 de maio de 2006, para um mandato de 2 anos. Em 21 de maio de 2008, reelegeu-se para seu segundo mandato até a metade de 2011. Não sendo possível novo pleito, de acordo com as regras do Conselho, o Brasil deixou o órgão entre 2011 e 2012, sendo novamente eleito para o período 2013-2015.

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e realizou convite permanente aos detentores de mandatos especiais. Desde 1995, 18 relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)



Ano de Fundação	1950
Sede Central	Genebra
Mandato	Assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem. Promover os direitos e o bem-estar dos refugiados.
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais Órgãos	Comitê Executivo (ExCom)
Principais Chefias da Organização	António Guterres (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados)
Representante do ACNUR no Brasil	Andrés Ramirez

PERFIL BIOGRÁFICO**ANTÓNIO GUTERRES**

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
(mandatos 2005-2009 e 2010-2014)

Antonio Guterres nasceu em 1949, em Lisboa. Engenheiro de formação, Guterres ingressou no Partido Socialista (PS) português em 1973, vindo a eleger-se deputado em 1976. Tornou-se Secretário-Geral do PS em 1992 e, com a vitória do partido nas eleições gerais de 1995, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, que ocupou até 2002.

Recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade da Beira Interior. É casado com Catarina de Almeida Vaz Pinto e tem dois filhos. Foi nomeado Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados em 2005 e reconduzido em 2010.

INFORMAÇÕES GERAIS**Processo de criação**

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo explícito de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a pautar e embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, e passou a englobar a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Desde então, seu trabalho já beneficiou mais de 50 milhões de pessoas e foi reconhecido, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981).

De apenas 34 funcionários no momento de sua fundação, o ACNUR conta hoje com cerca de 7.685, incluindo 972 em sua sede em Genebra. A agência é ativa em 126 países, com funcionários sediados em 135 escritórios e filiais regionais e 279 escritórios e sub-escritórios de campo. O orçamento da ACNUR, por sua vez, foi ampliado de US\$300.000 em seu primeiro ano para mais de US\$3,59 bilhões em 2012. O ACNUR lida hoje com 33,9 milhões de pessoas deslocadas à força: 14,7 milhões de deslocados internos, 10,5 milhões de refugiados, 3,1 milhões de retornados, 3,5 milhões de apátridas, mais de 837 mil asilados e mais de 1,3 milhões indivíduos em outros tipos de situação delicada.

Em 2003, a AGNU decidiu estender o mandato do ACNUR "até que o problema dos refugiados seja resolvido". A organização, criada com mandato de três anos, celebrou 60 anos em dezembro de 2010 e firmou-se como uma das principais agências humanitárias do mundo, enquanto a situação dos refugiados no mundo continua a exigir atenção constante.

Organizações internacionais que precederam o ACNUR

No final do século XIX, os Estados começaram a criar organismos internacionais. Em 1865, foi fundada a União Telegráfica Internacional, conhecida hoje como União Internacional de Telecomunicações (UIT), e, em 1874, foi criada a União Postal Universal (UPU). Em 1899, realizou-se a primeira Conferência Internacional para a Paz, na Haia (Holanda), que visava elaborar instrumentos para a resolução de conflitos de maneira pacífica, prevenir as guerras e codificar as regras de guerra.

A mais importante das Organizações que antecederam a Segunda Guerra Mundial foi a Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, em 1919. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

A primeira organização internacional a se ocupar do tema dos refugiados, no entanto, foi criada apenas em 1946, no contexto do pós-Guerra: a Organização Internacional para Refugiados (IRO, na sigla em inglês). Esta se manteve em funcionamento até 1952, quando foi extinta e suas funções foram assumidas pelo ACNUR.

Escopo da Organização

O mandato do ACNUR é definido em seu Estatuto, aprovado pela AGNU em 1950. O art. 1º do documento estabelece que

"O Alto Comissário das Nações Unidas, agindo sob a autoridade da Assembleia Geral (da ONU), deverá assumir a função de prover proteção internacional, sob os auspícios da ONU, aos refugiados que se enquadrem no escopo do presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para os problemas dos refugiados, por meio de assistência aos Governos e, mediante aprovação dos Governos interessados, a organizações privadas, de forma a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais."

O Estatuto do ACNUR também enfatiza o carácter humanitário e estritamente apolítico do seu trabalho, e define como competência da agência assistir a qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo "por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política". Posteriormente, definições mais amplas do termo refugiado passaram a considerar quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Estados-membros

Ao contrário do que se verifica com outras agências do sistema ONU, não há processo específico de adesão ao ACNUR, tampouco contribuição obrigatória ao seu orçamento por parte dos Estados. As atividades da agência são financiadas integralmente por contribuições voluntárias.

Um bom indicativo do grau de adesão dos Estados às atividades da agência é o número de ratificações à Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e/ou ao seu Protocolo de 1967: 148 Estados ratificaram ao menos um dos dois instrumentos, ambos dos quais fazem referência explícita à obrigação de cooperação com o ACNUR.

De toda maneira, ressalte-se que o ACNUR está submetido ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e, através dele, à AGNU, da qual fazem parte todos os 193 Estados membros da ONU.

Principais Órgãos

O principal órgão subsidiário do ACNUR é o seu Comitê Executivo (ExCom), atualmente composto por 87 membros – dentre os quais, o Brasil.

O ExCom é responsável por aprovar, bienalmente, os programas do ACNUR e o orçamento necessário para sua execução. O órgão reúne-se anualmente em Genebra (geralmente, em outubro) e, no restante do ano, é representado por um Comitê Permanente.

Importância do ACNUR e desafios a enfrentar

O ACNUR é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos refugiados e deslocados. Trata-se de área extremamente sensível, que passa por deterioração acentuada nos últimos anos. Registre-se, por exemplo, que o número mundial de deslocados à força (categoria que inclui refugiados, retornados, deslocados internos e asilados) passou de cerca de 21 milhões no início de 2003 para 42,5 milhões no início de 2012 – um aumento de 102,5% em apenas nove anos.

Acredita-se que esse aumento exponencial se deva à proliferação de conflitos armados ao redor do mundo, cujas consequências costumam incluir o deslocamento forçado de enormes contingentes de civis.

O convívio com situações de conflito gera também enormes desafios operacionais para o ACNUR – cujos funcionários não só encontram grande dificuldade para cumprir sua missão adequadamente, como também são, por vezes, obrigados a pôr em risco suas próprias vidas.

Trata-se de um testemunho eloquente da posição chave do ACNUR no sistema internacional. A agência encarrega-se de trabalho extremamente sensível, em escala crescente, e não há, atualmente, nenhuma organização que a substitua em tal função.

São grandes os desafios a enfrentar. Com a crise econômico-financeira que atingiu fortemente a Europa e a América do Norte nos últimos anos, tem-se registrado diminuição das contribuições ao ACNUR por parte daqueles que são, tradicionalmente, seus principais doadores.

A agência encontra-se, portanto, na difícil posição de conjugar uma demanda crescente por seus serviços, em cenários muitas vezes complicados, com uma diminuição de sua capacidade operacional decorrente da escassez de recursos.

Historicamente, são extremamente positivas as relações entre o Brasil e o ACNUR. Mencione-se, nesse contexto, a participação constante do Brasil no ExCom desde sua criação, em 1951.

Mais recentemente, destaquem-se as crescentes contribuições brasileiras ao orçamento da agência (que deverão atingir US\$ 4,2 milhões em 2013). Em 2011, por exemplo, o Brasil foi o 23º maior contribuinte para as atividades do ACNUR, sendo o primeiro entre os países da América Latina e, entre os países em desenvolvimento, e figurando à frente de países como China, Rússia e Austrália.

Mencione-se ainda a avançada legislação brasileira relativa ao tema, cujo cerne – a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 – garante inúmeros direitos àqueles que sejam reconhecidos como refugiados no Brasil. É também constante o diálogo do Brasil com o ACNUR, o qual inclusive participa, por meio de seu Escritório em Brasília, de todas as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pelas deliberações sobre pedidos de refúgio em território brasileiro.

O Brasil foi ainda o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, no ano de 1960, e é internacionalmente reconhecido como um país acolhedor, cuja população de refugiados chega hoje a cerca de 4.700 pessoas. Em visita ao Brasil, em 2005, o Alto Comissário António Guterres citou o Brasil como "exemplo de comportamento generoso e solidário".

Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991.

O CICV se declara como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha diretamente “em campo”, agindo em resposta a emergências, crises e calamidades, mas também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao Direito Internacional Humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

Atualmente, 188 países no mundo – incluindo o Brasil – têm comitês locais da Cruz Vermelha (ou do Crescente Vermelho, símbolo equivalente usado atualmente usado em 33 países islâmicos).

A estrutura deliberativa do CICV é composta pela Assembleia, o Conselho da Assembleia e a Diretoria.

A Assembleia é o órgão máximo diretivo do CICV. Supervisiona todas as suas atividades e formula a política a ser seguida, define os objetivos gerais e a estratégia institucional, e aprova o orçamento da instituição. Composta por 15 a 25 membros de nacionalidade suíça, a Assembleia tem caráter de colegiado.

O Conselho da Assembleia é um órgão vinculado à Assembleia. O Conselho prepara as atividades da Assembleia e toma decisões em assuntos de sua competência, em determinadas opções estratégicas no que se refere à política geral de recursos, pessoal e comunicação. Formado por cinco membros eleitos pela Assembleia, é presidido pelo presidente do CICV.

A Diretoria é o órgão executivo do CICV, responsável por observar e garantir o cumprimento dos objetivos gerais e a estratégia institucional definida pela Assembleia ou pelo Conselho da Assembleia.

O Brasil apoia os trabalhos do CICV e defende o seu amplo direito de iniciativa. O CICV é membro observador da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário no Brasil e, além disso, desenvolve uma série de atividades no País, relacionadas com a aplicação do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos na atividade policial, bem como com questões relacionadas à violência urbana, à assistência humanitária e à difusão do conhecimento sobre o Direito Humanitário.

Em 1919, foi criada Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com vistas à necessária coordenação entre as sociedades nacionais. A Federação Internacional tem entre suas atribuições a função de encorajar em cada país a criação de uma Sociedade Nacional, bem como a de auxiliar às Sociedades Nacionais em dificuldades.

O principal órgão deliberativo da Federação Internacional é a Assembleia Geral, que se reúne uma vez a cada dois anos e é composta por representantes das Sociedades Nacionais.

Aviso nº 87 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 10208/2013

3

4

5